

pertinência contemporânea. Por último, Mendes fará uma última incursão na problemática da etnicidade através de uma dinâmica inevitável nos *identity studies* de hoje: a participação cívica e política e a construção de visibilidades e canais discursivos (capítulo 6). Para a autora, é neste campo que se percepcionam as clivagens sociais em contextos de relação multicultural; daí que volte a incorporar a questão do racismo como ilustrador dessa clivagem que, para a autora, é produto dessa mesma relação multicultural (p. 190). Daí também que a autora verifique a virtual ausência de associação e participação política dos ciganos portugueses — ao contrário do que sucede noutras países europeus —, o que, em parte, explica os processos de marginalização a que continuam a ser submetidos (p. 202).

Em suma, aprecia-se na obra de Mendes uma «novidade» no que diz respeito aos «estudos ciganos» em Portugal: a sua vontade de enquadramento e problematização teórica do conceito de «etnicidade cigana», propondo vários modelos e conceitos de abordagem teórica e, sobretudo, oferecendo um levantamento empírico extenso assente numa perspectiva local — um esforço que acaba por ser incomum na ciência social portuguesa relativa aos ciganos. Por outro lado, como referimos, a própria existência do livro constitui em si um facto pouco comum na academia portuguesa, o que já de si é de louvar. No entanto, o declarado «propósito político» do livro, que propõe expli-

citamente estratégias de acção social no contexto abordado, se bem que moralmente justificável, poderá eventualmente toldar a maior complexificação de alguns dos conceitos aqui debatidos, conceitos já de si *self evident* cada vez que se produz uma abordagem científica ao contexto dos ciganos. Por exemplo, processos como o «racismo» e a «discriminação» deverão ser apenas pensados numa perspectiva univocal, unidirecional? Até que ponto é que a «exclusão social» corresponde apenas e só a uma acção deliberada de uma hegemonia contra uma minoria? Em que medida é que a «etnicidade» é colectivamente percepcionada e aceite consensualmente como homogénea? São questões que o livro em causa, pela forma aberta e honesta com que se apresenta, permite ao leitor colocar.

RUY BLANES

Pernas Oroza, Hermínia, Las Clases Trabajadoras en la Sociedad Compostelana del Siglo XIX, Santiago de Compostela, Ed. Nigra Imaxe, S. L./Consorcio de Santiago, 2001, 470 páginas.

A história social da Galiza tem sido a «Gata-Borralheira» dos estu-

dos históricos, mais ainda no que se refere à história social urbana. A Galiza é sobretudo rural, é um *país de camponeses*, e os estudos dos seus historiadores têm-se concentrado neste espaço. Daí, por exemplo, a grande importância da investigação sobre o agrarismo no que toca à história social. Mas as cidades e núcleos urbanos existem e, salvo honrosas excepções, carecem de estudos pacientes e pormenorizados que nos conduzam ao bom conhecimento destas realidades, cruciais no desenvolvimento histórico da Galiza.

O livro que estamos a recensear, fruto da tese de doutoramento da autora, é uma honrosa excepção. Hermínia Pernas realiza neste trabalho um estudo da sociedade santiguense do século XIX, no que vai além do que a tradicional história socialencionava, nomeadamente o estudo do movimento obreiro, para elaborar um retrato do conjunto dos sectores sociais. Santiago, como reitera a autora, não é uma sociedade fabril nem de proletários, mas de artesãos, nem é um centro industrializado propriamente dito, articulando-se a indústria em pequenas fábricas com escasso número de operários, o que leva consigo necessariamente um movimento obreiro restringido. Mas esta realidade não resultou numa falha para o presente trabalho, já que é um exemplo da história social entendida como algo mais do que o estudo exclusivo da classe operária industrial e da sua organização sindical. Em Santiago não havia nessa altura obreiros fabris, mas sim trabalhadores e clas-

ses populares, que são o objecto de estudo desta investigação. Trata-se, portanto, de um visionamento de conjunto da heterogénea «classe trabalhadora», incluindo não só obreiros industriais e artesãos, mas também empregados, pequenos comerciantes, assalariados... e, claro, camponeses, porque a marca do rural está presente em todas as cidades galegas, sem exceção.

Este trabalho conta com um avançado modelo de análise e com uma moderna metodologia que permite a classificação e o estabelecimento de tipologias válidas para apreender a ampla e complexa realidade social compostelana, facilitando as comparações com investigações sobre outros núcleos urbanos, quer espanhóis, quer estrangeiros. O tratamento sistemático de fontes censitárias possibilitou a realização de um repertório estatístico verdadeiramente notável que permite ao leitor a visualização e compreensão dos distintos grupos sociais compostelanos em números e gráficos. Mas o uso combinado de outro tipo de fontes, especialmente da imprensa periódica e da literatura da época, evita que nos encontremos perante um estudo entediante, enriquecido com a reconstrução dos diversos aspectos da vida quotidiana dos trabalhadores. Da mesma forma, é assinalável, pela sua pertinência e informação suplementar, a coleção de fotografias que acompanham e ilustram o texto.

As condicionantes da vida de conjunto das classes populares santiguenses do século XIX são analisa-

das minuciosamente, começando pela sua dinâmica demográfica e pela sua estrutura sócio-profissional, ao que é dedicado o primeiro capítulo, insistindo-se, nos que se lhe seguem, nas suas condições de vida e de trabalho, que se nos revelam certamente como precárias, e concluindo-se pela sua cultura, abrangendo desde os níveis de estruturação aos espaços de descanso e divertimento. Uma análise que não esquece a importância que as mulheres têm em cada uma das parcelas, incluídas as manifestações de descontento e o trabalho fora do casal ou as suas penosas condições de vida, especialmente em fases como a velhice e a viuvez. Igualmente destacável é o capítulo dedicado aos sectores marginais, àqueles que *strictu sensu* não fazem parte das classes trabalhadoras, mas que são analisados nesta investigação, que estuda em pormenor grupos como o das prostitutas, o dos delinquentes, o dos pobres e o dos presos.

O objectivo final do livro é estabelecer a relação entre as condições materiais, profissionais e sociais das classes trabalhadoras e o seu comportamento político, e daí que, ainda que estejamos perante um estudo eminentemente social, também aborde o lado político. No sexto e último capítulo presta-se atenção, nomeadamente, ao associativismo propria-

mente operário, que toma forma no último quartel do século XIX, e a sua mobilização, com uma profunda análise sobre a conflitualidade que esta gerou, indagando as formas de manifestação, quer «tradicional», como as revoltas de subsistência, quer «formais», já ligadas e promovidas por partidos políticos. Com isto, a autora demonstra que o mundo operário santiaguense não era um remanso de paz social, mas um colectivo que lutou para obter melhorias nas suas condições de trabalho, logrando conquistar os seus próprios espaços de cultura e sociabilidade, lançando as bases para lograr a sua auto-organização.

Depois de abranger os diferentes aspectos da sociedade compostelana, Hermínia Pernas acentua os marcados contrastes que esta apresenta. A estagnação e a decadência em muitos dos âmbitos conjugam-se com sinais de mudança e modernidade dentro dos parâmetros usuais numa sociedade predominantemente agrária, como era a galega nessa altura. A sociedade de Santiago estava num momento de mudança, e nesta obra sublinham-se os indícios da mesma, que matiza a imagem tradicional da capital de Galiza como uma cidade levítica estagnada social e economicamente no Antigo Regime.

ANA CABANA IGLESIAS